

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANESTES
DTVM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

1. Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Banestes DTVM S.A. apresentou resultado de R\$ 16,88 milhões face a um resultado de R\$ 15,35 milhões em 30 de junho de 2022. O retorno sobre o patrimônio líquido, apurado pelo lucro em relação à média do patrimônio líquido no semestre, alcançou 29,5%, face a um resultado de 28,6% em 30 de junho de 2022.

2. Mercado

A Banestes DTVM S.A. possui uma visão inteiramente profissional e estratégica no ato de efetuar a gestão de ativos nos mercados de renda fixa e de renda variável. Sua atuação se dá num mercado altamente competitivo e os preceitos da boa administração financeira são inteiramente aplicados. Possui equipe especializada, qualificada e experiente.

Em junho de 2023 o valor da carteira de ativos administrados e geridos pela Banestes DTVM S.A. através de seus fundos de investimento foi de aproximadamente R\$ 6,45 bilhões.

Oferece um leque de serviços e produtos diferenciados, quais sejam:

Administração Fiduciária:

O serviço de administração fiduciária consiste em atividades como: Constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos Fundos; Elaboração de documentos relacionados aos Fundos; Supervisão das regras, procedimentos e controles da gestão de risco implementada pela sociedade; dos limites de investimento das carteiras dos Fundos e dos terceiros contratados em nome dos Fundos.

Controladoria:

Os serviços de Controladoria compreendem a execução em conjunto ou separadamente das atividades que compõem a controladoria dos ativos e passivos, tesouraria, bem como a execução dos procedimentos contábeis conforme a legislação em vigor, como controle dos ativos financeiros da carteira, despesas e encargos sobre eles incidentes.

Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento:

Os serviços de escrituração de ativos compreendem a escrituração de cotas dos fundos sob administração, contemplando: registro das informações relativas à titularidade dos ativos financeiros, assim como de direitos reais de fruição ou de garantia e de outros gravames incidentes sobre esses ativos financeiros; abertura e manutenção de registro por fundo; tratamento das instruções de movimentação recebidas, direta ou indiretamente, dos investidores e de atos concernentes à constituição ou extinção de gravames e ônus sobre os ativos, entre outros.

Fundo de Ações: Possui dois Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, que aplicam, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas do BTG Pactual Absoluto Institucional Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações e do BTG Pactual Dividendos Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações, ambos em parceria com o BTG Pactual. Os fundos acompanharam o desempenho do mercado de ações no Brasil, que apresentou valorização no primeiro semestre do ano, apesar da volatilidade característica do mercado de bolsa dadas as incertezas provenientes de um ambiente econômico ainda desafiador.

Fundos de Renda Fixa: Possui uma família completa de fundos de Renda Fixa com o propósito de atender a necessidade de clientes no varejo, clientes institucionais, além de fundos exclusivos e restritos a determinado público. São geridos fundos classificados como Referenciado DI, Renda Fixa e Curto

Prazo. Esses fundos possuem estratégias variadas e bem definidas visando oferecer opções de investimentos diferenciadas.

Fundo Imobiliário: Em maio de 2015 a Banestes DTVM S.A., coordenou a Primeira Emissão de Cotas do Banestes Recebíveis Imobiliários Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("BCRI11"), que alcançou um total de 500.000 cotas, totalizando um montante de R\$ 50 milhões captados. Ao longo dos últimos anos, foram realizadas outras ofertas subsequentes que elevaram o Patrimônio Líquido para R\$ 622 milhões no encerramento do período. Com mais de 48 mil cotistas espalhados por todas as Unidades da Federação, o Banestes Recebíveis Imobiliários - FII tem o propósito de aplicar recursos no mercado imobiliário por meio de participação em ativos financeiros de base imobiliária.

Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa CP: Em 18 de maio de 2017 a Banestes DTVM S.A., em parceria com a RB Capital, iniciou a captação de um fundo de investimento para aquisição de crédito privado de companhias que atuam em projetos de infraestrutura. As debêntures emitidas por estas empresas contam com isenção de imposto de renda para as pessoas físicas detentoras das debêntures ou de cotas de fundos cujas políticas de investimento determinam aplicação preponderantemente nestes ativos. Além da busca por uma rentabilidade diferenciada, o fundo tem como importante diferencial a liquidação dos pedidos de resgate em apenas 06 (seis) dias úteis, enquanto a maior parte dos concorrentes liquida em 30 dias corridos.

Banestes FUNSES FIM: Fundo constituído em outubro de 2021 para receber exclusivamente recursos do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES, em conformidade com a Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, e regulamentado por Decreto Estadual.

Fundo Simples: Em 03 de maio de 2023 foi lançado o primeiro fundo simples da Banestes DTVM. O fundo é destinado pessoas físicas e jurídicas que busquem facilidade e praticidade na realização de investimentos, possuindo liquidez imediata, baixo risco, atrelado ao CDI e recebendo aplicações a partir de R\$ 1,00.

3. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

A gestão de riscos, controles internos e compliance da Banestes DTVM S.A. abrange o conjunto de políticas, normas, procedimentos, processos e padrões de conduta e cultura adotados pela empresa para alcance de seus objetivos, zelando para que todas as suas atividades realizadas estejam de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis e reduza o risco de danos, inclusive o de imagem.

A Banestes DTVM S.A. possui em sua estrutura organizacional a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, responsável pelo cumprimento dos riscos de crédito, mercado, liquidez dos fundos de investimento e operacional subordinada à Presidência, atuando de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados. A GECIR tem a função de aprimorar os controles, buscando mitigar os riscos e disseminar a cultura de controles internos e gerenciamento de riscos para toda a Sociedade, trazendo, como consequência, mais segurança aos negócios de seus clientes e da companhia.

4. Serviços prestados pelos Auditores Independentes

De acordo com a Resolução CVM nº 162, a Banestes DTVM S. A. informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório - Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual a Banestes DTVM S.A. se submete por ser sociedade de economia mista controlada indiretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2022.

5. Estratégias para o 2º semestre/2023

- ❖ Continuidade de implementação de melhorias de gestão, com o fortalecimento da governança, o crescimento de eficácia operacional e a elevação de performance;
- ❖ Promover adequação dos fundos de investimento oferecidos aos clientes frente à nova Resolução CVM nº 175 de 23/12/2022;
- ❖ Promover reuniões e palestras direcionadas ao público interno e externo visando à ampliação da base de clientes;
- ❖ Apoiar os treinamentos e capacitações do corpo gerencial do Banestes;

- ❖ Promover ações de marketing interno e externo para a divulgação dos produtos da Empresa;
- ❖ Realizar nova emissão de cotas do fundo imobiliário, se oportuno, de acordo com as condições de mercado e oportunidades que agreguem valor para o fundo e seus cotistas;
- ❖ Lançar novos fundos de investimento; e
- ❖ Automatizar processos ligados à gestão e à administração de fundos de investimento.

6. Agradecimentos

A diretoria da Banestes DTVM S.A. agradece aos clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e contribuem para o crescimento e solidez da Sociedade.

BALANÇO PATRIMONIAL
 Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		26.536	27.790
Caixa e Equivalente de Caixa	4	15.848	16.571
Instrumentos Financeiros	6	10.130	10.200
Títulos e Valores Mobiliários		10.130	10.200
Outros Ativos	7	503	1.010
Rendas a Receber		462	728
Diversos		41	282
Outros Valores e Bens		55	9
Despesas Antecipadas		55	9
NÃO CIRCULANTE		46.892	40.149
Outros Ativos		1.811	1.681
Diversos	8	1.811	1.681
PERMANENTE		45.081	38.468
Investimentos em Participações em Controladas		44.407	37.682
Participação em Controlada:			
. No País	9	44.407	37.682
Imobilizado	10	228	407
Intangível	11	919	889
Depreciação e Amortização	10 e 11	(473)	(510)
TOTAL DO ATIVO		73.428	67.939

PASSIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		13.205	13.278
Outros Passivos	12	13.205	13.278
Sociais e Estatutárias		11.415	11.959
Fiscais e Previdenciárias		1.184	741
Diversas		606	578
NÃO CIRCULANTE		140	232
Outros Passivos	12	140	232
Diversas		140	232
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	60.083	54.429
Capital Social Realizado			
. De Domiciliados no País		38.000	38.000
Reservas de Lucros		22.083	16.429
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.428	67.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Em milhares de reais

	Notas	SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO	
		2023	2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.178	1.114
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.178	1.114
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.178	1.114
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		19.410	17.854
Receitas de Prestação de Serviços	15.a	15.617	13.762
Despesas de Pessoal		(1.134)	(813)
Outras Despesas Administrativas	15.b	(5.072)	(3.732)
Despesas Tributárias	15.c	(1.576)	(1.387)
Resultado de Participação em Controlada	9	11.404	9.995
Outras Receitas Operacionais		194	39
Outras Despesas Operacionais		(23)	(10)
RESULTADO OPERACIONAL		20.588	18.968
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		20.588	18.967
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(3.684)	(3.590)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes		(2.303)	(2.243)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes		(1.381)	(1.347)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(28)	(27)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		16.876	15.350
Nº de Ações		1.000.000	1.000.000
Lucro por Ação (R\$1,00)		16,88	15,35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO	
	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	16.876	15.350
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	16.876	15.350

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital Social	RESERVAS DE LUCROS		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31/12/2021	38.000	5.981	14.286		58.267
- Aumento de Capital					
- Lucro Líquido do semestre				15.350	15.350
Destinações:					
Reservas		768	4.375	(5.143)	-
Dividendos Complementar			(14.286)		(14.286)
Dividendos Obrigatórios (nota 14.e)				(10.207)	(10.207)
Saldos em 30/06/2022	38.000	6.749	4.375	-	49.124
Mutações do Semestre	-	768	(9.911)	-	(9.143)
Saldos em 31/12/2022	38.000	7.541	8.889	-	54.430
- Aumento de Capital					
- Lucro Líquido do semestre				16.876	16.876
Destinações:					
Reservas		844	4.809	(5.653)	-
Dividendos Obrigatórios (nota 14.e)				(11.223)	(11.223)
Saldos em 30/06/2023	38.000	8.385	13.698	-	60.083
Mutações do Semestre	-	844	4.809	-	5.653

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Em milhares de reais

	SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO	
	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	5.685	5.456
Lucro Líquido do Semestre	16.876	15.350
Ajustes ao Lucro Líquido	(11.191)	(9.894)
Depreciação e Amortização	143	101
Resultado de Participação em Controlada	(11.404)	(9.995)
Ajuste ao Valor de Mercado/Receita de Juros - TVM - Negociação	70	-
Variação de Ativos e Obrigações	(524)	(540)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	377	106
Aumento (Redução) em Outros Valores e Bens	(46)	(29)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(855)	(617)
Aumento (Redução) em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.161	4.916
Lucros Recebidos de Controlada	4.680	22.441
Aquisição de Imobilizado	-	(9)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	1
Aplicação no Intangível	(70)	(39)
Baixa do Intangível	39	237
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	4.649	22.631
Dividendos e Bonificações Pagos	(10.533)	(16.490)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(10.533)	(16.490)
Aumento (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	(723)	11.057
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	16.571	19.209
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	15.848	30.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Referente ao Semestre Findo em 30 de junho de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banco”) e atua na intermediação e distribuição de títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos, além de gestão de ativos nos mercados de renda fixa e variável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Desde o ano de 2008, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são: Resolução n.º 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1); Resolução n.º 4.818/2020 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2); Resolução n.º 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1); Resolução n.º 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1); Resolução n.º 4.924/2021 - Políticas Contábeis - Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução n.º 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução n.º 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução n.º 4.924/2021 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 - R2); Resolução n.º 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); Resolução n.º 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 - R2); Resolução n.º 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1); Resolução n.º 4.535/2016 - Ativo Imobilizado (CPC 27); Resolução n.º 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46); Resolução n.º 4.818/2020 - Resultado por Ação (CPC 41); e Resolução n.º 4.924/2021 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47).

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para causas judiciais, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados, provisões técnicas, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Estas demonstrações financeiras não apresentam os investimentos de forma consolidada. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas integrantes do conglomerado Banestes S.A., que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidas.

b) **Caixa e equivalente de caixa** - São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.

d) **Valor justo dos instrumentos financeiros** - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em

metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 30/06/2023 a Banestes DTVM não possuía instrumentos financeiros classificados nos níveis II e III.

e) **Investimentos** - O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 9).

f) **Imobilizado de uso** - É registrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil estimada dos bens.

g) **Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos. Está composto basicamente por softwares e é amortizado pelo método linear ao longo de sua vida útil ou de acordo com prazos contratuais.

h) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823, do Conselho Monetário Nacional, de 16/12/2009, e Cartas Circulares n.º 3.429 de 11/02/2010 e n.º 3.782 de 19/09/2016, ambas do Banco Central do Brasil.

Os ativos e passivos contingentes referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

i) **Tributos** - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo (nota 13).

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social - Instituições Financeiras	Até 31/12/2022 16% e após 15%
COFINS	4%
PIS	0,65%
ISS	5%

j) **Valor de recuperação de ativos - impairment** - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2023 e de 2022 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) **Estimativas contábeis** - As demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem o valor de realização dos ativos, as provisões para causas judiciais, dentre outros.

l) **Moeda funcional** - A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$).

m) **Resultados recorrentes / não recorrentes** - A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que, devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2023 não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	3	2.212
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	15.845	14.359
Total	15.848	16.571

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra. As transações com o Controlador estão apresentadas na nota 16.

a. Valor justo por níveis

	Valor contábil	Valor justo Nível 1
Aplicações no mercado aberto	15.845	15.845

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação da carteira por categoria

	30/06/2023	31/12/2022
Título Disponível para Venda		
Cotas de Fundos de Investimento (*)	10.130	10.200
Total	10.130	10.200

(*) Conforme a Circular nº 3.068/2001, a classificação de prazo das cotas é a sem vencimento. O valor justo do instrumento financeiro foi classificado como nível 1 da hierarquia de valor justo.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2023	31/12/2022
Rendas com aplicações em Fundos de Investimento	130	200
Total	130	200

7. OUTROS ATIVOS - CIRCULANTE

	30/06/2023	31/12/2022
Rendas a receber ⁽¹⁾	462	728
Diversos		
Adiantamentos e participações salariais	41	35
Impostos e contribuições a compensar	-	-
Pagamentos a ressarcir	-	247
Total	503	1.010

(1) Trata-se de rendas a receber oriundas de serviço prestado pela Sociedade de gestão e distribuição de fundos de investimento e custódia.

8. OUTROS ATIVOS - NÃO CIRCULANTE

	30/06/2023	31/12/2022
Finsocial a compensar ⁽¹⁾	1.562	1.432
PIS a compensar ⁽²⁾	249	249
Total	1.811	1.681

⁽¹⁾ Trata-se de valores gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis n.º 7.787/1989 (art.7º), n.º 7.849/1989 (art.1º) e n.º 8.147/1990 (art.1º), cujo processo no mérito transitou em julgado, e atualmente aguarda-se a emissão do precatório.

⁽²⁾ Trata-se de valores gerados oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.º 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.º 2.445/1988 e 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/1970 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Assim, com base na sentença que transitou em julgado, a Sociedade procedeu à compensação até o limite do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal e atualmente discute a diferença do crédito habilitado e ainda não reconhecido pela mesma.

9. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. e detém 16.999.830 quotas (16.999.830 quotas em 2022).

Principais dados relativos à Sociedade controlada:

Capital realizado atualizado	
30 de junho de 2023	17.000
31 de dezembro de 2022	17.000
Patrimônio líquido no início do período	
30 de junho de 2023	37.682
31 de dezembro de 2022	40.420
Percentual de participação	
30 de junho de 2023	99,999
31 de dezembro de 2022	99,999
Lucro líquido do exercício	
30 de junho de 2023	11.404
30 de junho de 2022	9.995
Receita de equivalência patrimonial	
30 de junho de 2023	11.404
30 de junho de 2022	9.995
Lucros recebidos de controlada	
30 de junho de 2023	4.680
30 de junho de 2022	22.441
Patrimônio líquido ajustado	
30 de junho de 2023	44.407
31 de dezembro de 2022	37.682
Valor contábil do investimento	
30 de junho de 2023	44.407
31 de dezembro de 2022	37.682

10. IMOBILIZADO

Imobilizado de Uso	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 1º de janeiro	110	77	102	117	406
Aquisições	-	-	-	-	-
Alienações/Baixas	-	(18)	(47)	(113)	(178)
Saldo em 30/06/2023	110	59	55	4	228
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro	(27)	(77)	(70)	(117)	(291)
Depreciação no período	(11)	-	(5)	-	(16)
Alienações/Baixas	-	18	47	113	178
Saldo em 30/06/2023	(38)	(59)	(28)	(4)	(129)
Resultado Líquido em 30/06/2023	72	-	27	-	99
Resultado Líquido em 31/12/2022	83	-	32	-	115

11. INTANGÍVEL

	Licenças e direitos autorais de uso	Sistema de Processamentos de dados	Total
Custo de Aquisição			
Saldo em 1º de janeiro (*)	856	33	889
Aquisições	70	-	70
Alienações / Baixas	(40)	-	(40)
Saldo em 30/06/2023	886	33	919
Amortização			
Saldo em 1º de janeiro	(216)	(1)	(217)
Amortização do período	(124)	(3)	(127)
Saldo em 30/06/2023	(340)	(4)	(344)
Resultado Líquido em 30/06/2023	546	29	575
Resultado Líquido em 31/12/2022	640	32	672

(*) Contrato de solução tecnológica para controladoria de ativos, passivos, escrituração, contabilidade de fundos de investimento e gestão de ativos, incluindo ainda a baixa por remensuração devido a diminuição da vigência do contrato com a empresa IT4Finance Consultoria de Sistema LTDA firmado em 2019. Não há amortização devido ao período de implantação do sistema, ainda não está em uso.

12. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Sociais e estatutárias (1)	11.415	11.959
Fiscais e previdenciárias	1.184	741
Diversas (2)	606	578
Não Circulante		
Diversas	140	232
Total	13.345	13.510

(1) Refere-se a dividendos e participação sobre o lucro a pagar.

(2) Decorrem basicamente de outros valores a pagar e honorários de advogados.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2022
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e participação	20.588	20.588	18.967	18.967
Adições/ (exclusões) de caráter permanente	(11.330)	(11.379)	(9.947)	(9.988)
Lucro tributável antes das compensações	9.258	9.209	9.020	8.979
Base de cálculo após compensações	9.258	9.209	9.020	8.979
Alíquota normal	1.389	1.381	1.353	1.347
Adicional de imposto de renda (10%)	914	-	890	-
Despesa de IR e CSLL	2.303	1.381	2.243	1.347

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social realizado

O capital social integralizado em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100% pertencem ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

b) Aumento de capital

Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2021, de acordo com a proposta da Diretoria, o aumento de Capital Social, sem emissão de novas ações, na importância de R\$ 12.000 mil por incorporação parte do saldo da Reserva Estatutária.

No primeiro semestre de 2023 não houve aumento de Capital Social.

c) Reserva legal

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

e) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 70% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/1976, e estão demonstrados a seguir:

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do exercício	16.876	15.350
Reserva legal	(844)	(768)
Base de cálculo para dividendos	16.032	14.582
Dividendos intermediários 1º semestre	11.223	10.207
Total de dividendos (*)	11.223	10.207

(*) Houve alteração no artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, referente a base percentual sobre o lucro líquido do exercício para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 2022, conforme Voto DIRIF nº 015/2022, passando de 25% em 2021 para 70% em 2022.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Receita de prestação de serviços

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de gestão e administração de fundos/rebate taxa administração ⁽¹⁾	15.617	13.762
Total	15.617	13.762

⁽¹⁾ A Sociedade é responsável pela gestão dos Fundos de Investimentos e a partir de maio/2022 passou a ser a Administradora. O patrimônio líquido dessas instituições, totalizavam em 30 de junho de 2023, o valor de R\$ 7.193.252 (R\$ 9.292.306 em 31 de dezembro de 2022).

b) Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	3.340	2.385
Acordo de cooperação técnica (nota 16.a)	732	575
Aluguéis	104	79
Processamento de dados	330	255
Serviços técnicos especializados	107	122
Comunicações	90	46
Publicações	35	19
Serviços do sistema financeiro	24	21
Manutenção e conservação de bens	28	23
Água, energia e gás	33	23
Viagem no país	26	-
Depreciação/Amortização	143	101
Outras	80	83
Total	5.072	3.732

⁽¹⁾ Há cessão de pessoal pelo Banestes S.A. no valor de R\$ 3.292 no 1º semestre de 2023 (R\$ 2.376 no 1º semestre de 2022), reembolsado ao custo. A folha de pagamento dos funcionários cedidos é processada pelo Banco e ressarcida mensalmente pela Sociedade de todos os custos.

c) Despesas tributárias

	30/06/2023	30/06/2022
Impostos s/ serviços de qualquer natureza - ISS	781	688
Contribuição a COFINS	678	595
Contribuição ao PIS	110	97
IPTU	7	7
Total	1.576	1.387

16. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações da Sociedade com o controlador:

Durante os períodos destacados abaixo foram efetuadas transações com o controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

Transação	30/06/2023	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Disponibilidades	3	-	2.212	-
Aplicações em operações compromissadas	15.845	1.135	14.359	1.114
Dividendos	(11.223)	-	(10.533)	-
Acordo de Cooperação Técnica ⁽¹⁾	-	(732)	-	(575)

⁽¹⁾ Acordo de cooperação técnica, firmado entre o Banco e suas controladas para a utilização do espaço físico das unidades de atendimento, dos recursos de informática e telecomunicações, da infraestrutura administrativa e de pessoal.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. Os honorários da diretoria totalizam no 1º semestre de 2023 o montante de R\$ 530 (R\$ 581 no 1º semestre de 2022).

I - Participação acionária:

Os membros da diretoria não possuem participação acionária na Sociedade.

17. GESTÃO DE RISCO

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura organizacional, a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, subordinada à Presidência. A área é responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, subordinada e atua de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reportes e gerenciamento totalmente segregados.

A Instituição possui políticas internas de gestão de riscos, compatíveis com a natureza e a complexidade de suas operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, visando assegurar:

- níveis adequados de exposição a riscos;
- a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
- acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados; e
- a cultura de gerenciamento de riscos disseminada em toda a Sociedade.

Em suas políticas são estabelecidas diretrizes, atribuições e responsabilidades, que visam mitigar a ocorrência de falhas operacionais, que exponham a sociedade a prejuízos diretos e indiretos. A GECIR trabalha constantemente no aprimoramento do processo de gestão de riscos, atuando na disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de riscos, acompanhando a evolução dos negócios, levando em consideração as exposições e os níveis de riscos a eles associados.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade mantém sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos, judiciais, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo.

Os processos contingentes avaliados como chances de êxitos e riscos de perdas possível, que não são reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, Resolução n.º 696 (demissão incentivada), supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. A Sociedade não apresenta processos trabalhistas com risco de perda possível.

Processos Cíveis - A Sociedade não apresenta processos cíveis com risco de perda possível.

Processos Tributários - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R\$ 249, referentes a questionamentos administrativos de cunho tributário.

19. OUTROS ASSUNTOS

Definidas as eleições presidenciais, as atenções se voltaram para a formação do governo eleito. Declarações feitas por integrantes da nova cúpula do governo, naturais no início de um mandato eletivo, alimentaram algumas incertezas do mercado e geraram certa volatilidade nos ativos financeiros. No entanto, pautas relevantes como o Arcabouço Fiscal, meta de inflação e a reforma tributária foram temas discutidos e endereçados tanto pelo executivo quanto pelo legislativo. Temores iniciais da adoção de medidas mais heterodoxas deram lugar a percepção de um governo com viés mais pragmático.

O Banco Central do Brasil seguiu firme no propósito de ancorar as expectativas de inflação no horizonte relevante da política monetária, mantendo a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75%. Embora a inflação ainda mostre certa resiliência, o mercado especula que nas próximas reuniões o Comitê de Política Monetária tenha as condições necessárias para dar início ao processo de flexibilização da taxa Selic. Questões como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, preços das commodities, aumento das taxas básicas de juros nas economias centrais e a desaceleração do crescimento global, sobre tudo da China, continuarão a influenciar o preço dos ativos locais.

Num cenário de maiores incertezas, riscos e volatilidade, a Banestes DTVM adota uma postura conservadora na gestão de seus fundos de investimento, prezando pela liquidez e buscando ativos de maior qualidade de crédito.

Operacionalmente, a Banestes DTVM adota a dinâmica de trabalho híbrida entre presencial e "home office", sem prejuízo da qualidade e da continuidade de seus serviços.

A Banestes DTVM ressalta o seu compromisso de geração de resultados consistentes, sempre norteada pelas boas práticas de mercado.

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 09 de agosto de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

Órgãos da Administração em 9 de agosto de 2023.

DIRETORIA

Vicente Lopes Duarte (Presidente)
Marcos Amaral Vargas
Fábio Roberto de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Carla Fernanda de Paula Silva
Celso dos Santos Junior
Charles Dias de Almeida

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC - ES 020893/0-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

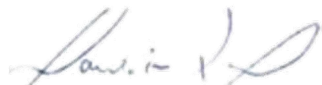
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas ao período findo em 30 de junho de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Somos favoráveis à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 09 de agosto de 2023.

Charles Dias de Almeida
Conselheiro Efetivo

Celso dos Santos Junior
Conselheiro Efetivo

Carla Fernanda de Paula Silva
Conselheiro Efetivo